

O MÉTODO DIPLOMÁTICO APLICADO À ANÁLISE DE RECORTES DE JORNAL

José Francisco Guelfi Campos¹

RESUMO: A despeito de suas origens independentes, a Arquivística e a Diplomática vêm estreitando seus laços, sobretudo no que tange ao estudo da tipologia documental e ao estabelecimento de padrões de produção documental. Neste trabalho, discutimos a viabilidade da aplicação do método diplomático ao estudo dos tipos documentais característicos da atividade jornalística, amplamente representados em arquivos pessoais pelos recortes de jornal. Em perspectiva multidisciplinar, a questão é abordada com vistas a contribuir para o debate em torno da ampliação da análise diplomática em direção a documentos menos convencionais.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Diplomática. Tipologia documental.

DIPLOMATICS APPLIED TO NEWSPAPER CLIPPINGS ANALYSIS

ABSTRACT: Despite their independent roots, Archival Science and Diplomats have been straightening their bonds, especially when it comes to the study of documentary typology and the standardization of records production. In this paper, feasibility of applying the diplomatic method is discussed in the light of the study of the different documentary forms related to journalism, broadly represented in personal archives by newspapers clipping. The question is here addressed in a multidisciplinary approach, looking for contributing to the debate on the expansion of diplomatic analysis towards less conventional documents.

Keywords: Personal archives. Diplomats. Documentary typology.

1 INTRODUÇÃO

Não são poucos os desafios impostos pelos chamados arquivos pessoais à teoria e à prática arquivísticas. Por estarem relacionados às esferas de ação e áreas de atuação de um indivíduo, servindo-lhes de espelho, tais conjuntos documentais se revestem de contornos peculiares, que bastaram para que certos teóricos custassem a admitir seu estatuto como arquivos, no sentido estrito do termo.²

A despeito da controvérsia teórica, os arquivos pessoais se firmaram, nas últimas décadas, como objeto instigante de estudo dentro dos domínios da Arquivologia e, inclusive, de outras áreas do saber, como a História, a Filosofia, a Linguística e a Sociologia. Ao

¹ Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo, e-mail: jose.campos@usp.br

² À guisa de exemplo, ver o posicionamento defendido pela arquivista uruguaia Mireya Calleja (2007). Tendo trabalhado durante décadas com arquivos de escritores na Biblioteca Nacional do Uruguai, a autora considera os conjuntos documentais acumulados por indivíduos como coleções ou, na melhor das hipóteses, “coleções orgânicas”, como as definiu Schellenberg (2006), relutando em atribuir-lhes o devido estatuto arquivístico.

examiná-los sob rigoroso crivo crítico, Camargo (2009) chegou a recorrer ao pleonismo necessário para reafirmar sua condição, demonstrando que, em que pese às suas especificidades, “arquivos pessoais são arquivos”.

Presentes nos acervos de arquivos municipais e estaduais, centros de documentação e memória e até mesmo em bibliotecas, os conjuntos documentais acumulados por pessoas constituem, inegavelmente, fontes relevantes para a pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento e fazem parte da rotina de trabalho dos profissionais de arquivo, razão pela qual se faz necessário enfrentar os dilemas decorrentes de sua própria natureza. Um deles se traduz, com efeito, na existência de itens que, fugindo aos padrões convencionais de produção, ostentam formas, formatos e técnicas de registro inusitadas, acarretando desafios adicionais para a descrição e para a adequada definição dos tipos documentais.

Não é preciso recorrer a extensos mapeamentos para perceber que a existência de “recortes de jornal” em arquivos, sobretudo os de natureza pessoal, constitui problema que se manifesta frequentemente na prática arquivística. O exame de instrumentos de pesquisa e bancos de dados das principais instituições de custódia do patrimônio documental no Brasil torna a constatação evidente.³

No campo da Arquivologia, o problema se relaciona com a consecução de uma das mais importantes funções arquivísticas, a descrição, resvalando pelo terreno da tipologia documental. Trata-se de questão fundamental: como nomear adequadamente os documentos, contemplando as especificidades que lhes conferem identidade e os caracterizam de maneira inequívoca com relação à sua estrutura formal, de modo a definir espécies e tipos documentais capazes de expressar o potencial informativo dos itens em um arquivo?

Na busca por respostas a tal questão, faz-se imprescindível o ferramental oferecido pela Diplomática, mais especificamente em sua vertente denominada “contemporânea”, “arquivística” ou, no dizer de Luciana Duranti (1991), “especial”, que se caracteriza, segundo Bellotto (2008, p. 7), por ser justamente sua ampliação em direção à tipologia documental. Como veremos, a aplicação do método diplomático à análise dos chamados “recortes de jornal” requer, forçosamente, o diálogo com áreas específicas do conhecimento para além da Arquivologia e da própria Diplomática, em exercício que torna evidente seu caráter multidisciplinar, e revela amplo leque de possibilidades no que toca à identificação de

³ Veja-se, à guisa de exemplo, a descrição (em diferentes níveis) divulgada nos bancos de dados e portais da Fundação Casa de Rui Barbosa (www.fcrb.br), do Instituto de Estudos Brasileiros da USP (www.ieb.usp.br), do Centro de Documentação e História Contemporânea do Brasil da FGV (www.cpdoc.fgv.br). Em contraposição, convém examinar a descrição empregada pela Fundação Fernando Henrique Cardoso (www.ifhc.org.br/acervo/acesso). Acessos em: 7 jun. 2016.

espécies e tipos documentais relacionados ao universo da produção textual no âmbito do jornalismo. As reflexões aqui apresentadas, ainda em caráter inicial, vão de encontro ao problema e derivam de projeto de pesquisa em andamento.⁴

Antes, contudo, convém explorar o nível de relacionamento entre dois campos disciplinares que, apesar dos laços estreitos que ostentam contemporaneamente, preservam as especificidades que constituem seus processos de desenvolvimento e institucionalização.

2 ARQUIVOLOGIA E DIPLOMÁTICA: encontros e desencontros

De um lado, os procedimentos de ordenar, preservar e difundir documentos que, tendo cumprido suas funções primárias, constituem resíduos relevantes para a compreensão da história de Estados e grupos sociais. De outro, a arte de verificar falsificações.

A Arquivologia e a Diplomática experimentam, hoje, forte ligação. Contudo, não se trata de relação umbilical. Ambas têm nos documentos o seu objeto de interesse, mas encontram, em seu nascedouro, razões de ser bastante distintas.

Como notou Maria Odila Fonseca (2005, p. 29-30), a reflexão sobre a história da Arquivologia não tem sido preocupação prioritária entre os arquivistas. Entretanto, ressalta a autora, a literatura da área tem sido unânime em localizar o surgimento dos arquivos, ainda que em suas formas preliminares, na região do chamado “crescente fértil” e do Oriente Médio, há cerca de seis mil anos.

O caráter instrumental dos arquivos e a relação que estabelecem com a administração e o governo podem ser identificados desde o seu remoto aparecimento, que remonta ao advento da escrita. A intensa atividade comercial exercida pelos sumérios os levou a registrar, sobre tabletes de argila, a movimentação de pessoas, salários, entradas e saídas de rebanhos e mercadorias, com o claro propósito de controlar a gestão de seus negócios, chegando a desenvolver recintos e aparatos específicos e sofisticados para o armazenamento de seus registros. Foram os gregos, contudo, os pais da palavra “arquivo”, usada para fazer referência tanto aos documentos quanto aos repositórios e seus administradores (BARRAZA LESCANO, 1996, p. 11-20).

A institucionalização dos arquivos e a noção de que constituem uma propriedade da nação a serviço de seus cidadãos, tendo em vista a prova e a garantia de direitos civis, é,

⁴ Trata-se da pesquisa de doutorado intitulada “Recortes de jornal em arquivos pessoais: da prática social à tipologia documental”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (linha de historiografia e documentação), sob orientação da Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo.

todavia, um advento moderno, ratificado na esteira da Revolução Francesa, no final do século XVIII, período em que, segundo Fonseca (2005, p. 32), se verifica a aparição de depósitos centrais de arquivos nos atuais territórios da Rússia, Áustria, Polônia e Itália, coincidindo com a fundação de grandes museus nacionais pela Europa.

Publicado no final do século XIX, o manual de Muller, Feith e Fruin é considerado um marco na consagração do caráter disciplinar da Arquivística. E apesar de seus autores o terem definido como “um livro enfadonho e meticuloso”, sua importância é atestada pelas inúmeras edições, vertidas para os principais idiomas do mundo ocidental.⁵

Já a Diplomática tem suas origens entre o Antigo Regime e a Idade Moderna, período em que são redigidos seus primeiros tratados e manuais. Tognoli (2014) dedicou-se a extenso exame a respeito da constituição das bases teóricas da disciplina, observando que, a despeito de os primeiros trabalhos partilharem o interesse na verificação da autenticidade, aqueles redigidos durante o Antigo Regime se pautavam por finalidade estritamente prático-jurídica, enquanto os manuais modernos se destinavam mais à validação de fontes do período medieval para a História. Do tratado de Daniel Papebroch (1675) ao manual de Cesare Paoli, publicado no mesmo ano de edição do manual dos arquivistas holandeses (1898), vão se estabelecendo as regras e os métodos que transformam a arte da Diplomática em disciplina.

Convém observar que, embora os primeiros tratados incluíssem capítulos específicos sobre arquivos – tanto que Luciana Duranti (1993) chega a afirmar que os primeiros elementos de uma doutrina arquivística podem ser encontrados no último volume da obra de Jean Mabillon, publicado em 1861 –, isso não basta para inferir uma suposta origem comum ou partilhada entre as duas disciplinas. Como bem observou Natália Tognoli, a enunciação do princípio da proveniência⁶ e a publicação do manual de Muller, Feith e Fruin foram fatores determinantes na mudança de orientação das obras da Diplomática moderna. Segundo a autora, “nota-se um abandono por parte dos diplomatas modernos do estudo das instituições arquivísticas, pois não havia mais necessidade de abordá-las sumariamente em suas obras” (TOGNOLI, 2014, p. 57).

⁵ Publicado originalmente em 1898, o *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, da Associação dos Arquivistas Holandeses, foi traduzido para o português brasileiro e publicado pelo Arquivo Nacional em duas edições nas décadas de 1960 e 1970.

⁶ Enunciado em circular expedida em abril de 1841 por Natalis de Wailly, então chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do Ministério do Interior da França, o princípio da proveniência – ou do *respeito aos fundos* – preconiza a manutenção da individualidade dos arquivos segundo a instituição ou pessoa da qual se originaram. Alguns autores, como Anne Gilliland-Swetland (2000, p. 12), consideram o princípio da ordem original como componente do princípio da proveniência. Sobre a aplicação dos princípios, especialmente o do respeito à ordem original, convém examinar o instigante artigo de Jennifer Meehan (2010).

A Arquivística, portanto, ainda que jovem como disciplina, desenvolvia autonomamente seus preceitos e princípios norteadores. A Diplomática, por seu turno, vai se alinhar à História, num movimento que a afasta, em contrapartida, da Arquivística e até mesmo da Paleografia e da Sigilografia.

Só em meados do século XX é que a Diplomática e a Arquivística se reaproximam de maneira mais intensa. Enredada em uma crise de esgotamento de seu objeto e de seus objetivos, a Diplomática enxerga nos documentos de arquivo uma possibilidade de renovação, deslocando sua atenção dos documentos medievais para as questões documentais contemporâneas. É nesse contexto que Robert-Henri Bautier propõe uma mudança de curso nos estudos diplomáticos, ao contemplar, em recorte cronológico mais amplo, todos os documentos de arquivo.⁷ Para o diplomata francês, dos mais solenes aos mais ordinários, todos os documentos de arquivo eram diplomáticos, ideias que serão expandidas e consolidadas a partir dos anos 1980, especialmente nos estudos de Paola Carucci (1987) e Luciana Duranti (1989-1992).

É evidente que o desenvolvimento das ideias e as reconfigurações do campo disciplinar não se sucedem em processos livres de tensões e extensos debates. Contudo, o exame mais aprofundado da controvérsia científica é algo que escapa aos nossos objetivos imediatos. Convém apenas extrair desse breve quadro os efeitos provocados pelo advento da chamada Diplomática contemporânea: sua reaproximação com o universo dos arquivos, a compreensão que introduz acerca da organicidade e do contexto originário dos documentos, os impactos que acarreta junto à prática do arquivista, bem como a possibilidade de expansão da crítica documental para espécimes menos convencionais e, hoje em dia, para os documentos nato-digitais.⁸

2.1 A DIPLOMÁTICA E OS ARQUIVOS PESSOAIS

Apesar da expansão de seu objeto e de seus limites cronológicos, é bem verdade que a Diplomática vem se ocupando, tradicionalmente, dos documentos em suas formas mais canônicas, independentemente do suporte ou do meio em que se manifestam. Esse é um dos motivos pelos quais não é comum ver seus pressupostos e métodos aplicados aos documentos

⁷ Cumpre observar que, ao propor a expansão do objeto de estudo da Diplomática, Bautier trata especificamente dos documentos produzidos no século XIX (TOGNOLI, 2014, p. 102).

⁸ Uma abordagem mais detalhada da controvérsia acerca da renovação da Diplomática, nos anos 1960, a partir do debate entre as ideias centrais do austríaco Heinrich Fichtenau e do francês Robert-Henri Bautier, pode ser encontrada em Carucci (2006).

que compõem os arquivos pessoais. Há, ainda, outra razão basilar: a desconfiança na atribuição de estatuto arquivístico aos conjuntos documentais acumulados por indivíduos.

Contudo, se é possível identificar em tais documentos a relação com as atividades desempenhadas por seu titular e com os eventos por ele vivenciados, não há por que negar-lhes a característica orgânica, “ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivo”, como bem definiu Bellotto (2006, p. 253). Com efeito, neles também se manifestam os demais atributos que, notadamente, conformam a essência da definição do conceito de arquivo: os documentos que o integram são produto de acumulação orgânica, porque intimamente relacionados às atividades rotineiras e eventos vivenciados pelo titular no desempenho de seus papéis sociais e em suas diversas esferas de ação; são formados de maneira “sedimentar”, como sugeriu Lodolini (1993), porque se constituem no curso das ações e ao longo da vida de seus titulares, ainda que sujeitos a seleções e descartes; são também dotados de unicidade, haja vista que um documento, ainda que reproduzido em outro fundo, só adquire sentido pleno quando relacionado ao seu contexto de produção e acumulação.

Tais características, que se estendem dos itens documentais para o conjunto, não apenas credenciam os chamados arquivos pessoais como arquivos, no sentido estrito do termo, como também justificam os estudos que deles podem derivar, de natureza teórica ou aplicada, voltados para questões relativas ao desempenho das funções arquivísticas ou a aspectos de caráter mais específico, como o estudo do item documental em ampla gama de abordagens possíveis: sua tipologia, as técnicas de registro, os estágios de preparação e transmissão dos documentos ao longo do tempo.

Em que pese ao fato de a literatura especializada ainda privilegiar a abordagem diplomática de documentos ligados ao universo dos fatos juridicamente relevantes, vale assinalar algumas experiências inspiradoras, centradas em exemplares mais inusitados, como documentos técnicos, bulas de medicamentos e manuais de instruções de máquinas agrícolas e equipamentos eletrônicos. O arquivista francês Bruno Delmas (2010, p. 171-182), por exemplo, chegou a demonstrar a aplicação da análise diplomática no estudo da gênese e da tradição documental de dados meteorológicos registrados por robôs e de dados estatísticos coletados em recenseamento.

No que toca à possibilidade de aplicação do método diplomático aos arquivos pessoais, convém evocar a interessante experiência levada a cabo por Camargo (1998), ao analisar espécime curioso – uma participação de casamento, revestida dos traços de um livro de poesia –, representativo de um domínio em que as normas de produção documental

inexistem ou são, no melhor dos casos, muito flexíveis. Ao avaliar as características externas pouco convencionais, e, por isso mesmo, chamativas do exemplar em questão, a autora demonstra como o vínculo essencial que o prende ao ato de comunicar o matrimônio e participar o endereço da residência do casal se manifesta “em fórmula estereotipada que, no plano das relações sociais, acaba por ter também força de norma” (CAMARGO, 1998, p. 171).

Dotados de dinâmica de acumulação peculiar, pautada pela interação entre os critérios da obrigação e da vontade, os arquivos pessoais se constituem tanto de documentos que se prestam à mediação das relações entre os indivíduos e as instituições sociais, produzidos segundo padrões e fórmulas bem definidas que lhes conferem autenticidade, quanto por material de natureza variada, acumulado por razões diversas: práticas religiosas, relacionamentos sociais, familiares e amorosos, manutenção de laços afetivos, opções políticas, posicionamentos intelectuais, *hobbies*, manias e idiossincrasias...

Nesses casos, ao contrário dos arquivos institucionais, não há dispositivo que regule a produção e a acumulação dos documentos que, por seu turno, nem sempre gozam dos atributos geralmente associados aos chamados “documentos de arquivo”, a saber, forma fixa e conteúdo estável, admitindo, por assim dizer, considerável grau de variação e “inovação” no estilo redacional e nas formas de apresentação gráfica, o que não os impede de oferecer, no dizer de McKemmish (1996), certo “tipo de testemunho” a respeito de determinadas atividades desempenhadas com maior ou menor regularidade ao longo do tempo, além de, como notou Catherine Hobbs (2001), representarem traços da personalidade de quem os acumulou, razão pela qual são considerados pelos historiadores, desde há muito, fontes relevantes para a reconstituição do passado, o que justifica sua incorporação aos acervos das instituições de custódia do patrimônio documental.

Nesse sentido, o experimento de Camargo (1998) demonstra que, em face das peculiaridades típicas dos arquivos pessoais, a abordagem diplomática dos documentos que os compõem depende, para além do estudo do sistema jurídico que incide sobre certos itens do conjunto, da identificação e do exame dos usos, costumes e códigos sociais (em função do tempo e do espaço em que se inserem), representados em fórmulas que conferem aos documentos, mesmo àqueles mais inusitados, características comuns capazes de aproximá-los no que tange à finalidade a que se destinam e, conseqüentemente, no plano da tipologia documental.

3 OS RECORTES DE JORNAL

Recortar artigos, notícias, charges... Colecioná-los em pastas, colá-los em cadernos especiais. Atribuir ao conjunto uma ordem, um sentido. Às vezes, nada disso: amontoá-los onde der, sem qualquer identificação, sem qualquer pista para o futuro.

O suporte, papel feito da combinação de baixa gramatura e elevada acidez, indica que o jornal não é feito para durar. Entretanto, basta um exame – mesmo que preliminar – dos acervos das instituições de custódia para perceber que os recortes de jornal são presença marcante (e, não raro, volumosa) nos arquivos, sobretudo aqueles de natureza pessoal. No que toca ao processamento técnico, constituem problema sensível, para o qual se empregam soluções as mais diversas, com graus distintos de pertinência, cujos reflexos se fazem sentir na descrição arquivística, na definição de espécies e tipos documentais e na contextualização das séries.

Por outro lado, a presença dos recortes nos arquivos pessoais revela outra questão, igualmente instigante: a identificação de uma prática social que, com o passar do tempo, foi caindo em desuso ou assumindo novas formas de manifestação.

Se há documento que, com efeito, pode se reproduzir em múltiplos arquivos, este é, por excelência, aquele produzido por meio das técnicas de impressão. Os recortes de jornal se inserem, naturalmente, neste grupo. E se o caráter impresso, e portanto múltiplo, já foi outrora considerado motivo para sua exclusão dos arquivos, sob a inócua justificativa de que figuravam nos acervos das empresas jornalísticas ou nas coleções de grandes bibliotecas, hoje, com a proliferação dos acervos digitais dos principais jornais diários na internet, muitas vezes de todas as suas edições, a manutenção dos recortes nos arquivos parece mesmo perder o sentido.

Contudo, convém observar que desconsiderar parcela da documentação, ainda que composta de itens em suporte de difícil preservação ou cuja identificação e contextualização seja problemática, equivale, em última análise, a desfigurar, sob pretexto acima de tudo fútil, o conjunto documental no que tange à sua inteireza, comprometendo-se assim a integridade arquivística.

Se as cópias digitalizadas, disponíveis em portais das empresas jornalísticas, de grande bibliotecas, ou mesmo aquelas preparadas pelas próprias instituições arquivísticas, podem bem resolver o problema de conservação no longo prazo – ainda que acarretem preocupações e procedimentos adicionais, relacionados à preservação digital –, não extinguem o problema no âmbito da descrição documental e da contextualização. Ainda que

mantidos, sob qualquer pretexto, em meio digital, os “recortes” continuam a existir e devem, portanto, figurar nos instrumentos descritivos.

Ou seja, aquilo que parecia resolver a questão apenas a renova, trazendo à tona, entre outros problemas, o velho dilema da denominação das espécies documentais, nesse caso relacionadas ao universo da técnica jornalística. Tendo isso em vista, a aplicação do método diplomático na análise desse material constitui oportunidade auspiciosa de expandir os limites da chamada “diplomática especial”, relacionando-a a universo específico da ação humana.

Não bastam, para a condução de semelhante estudo, os aportes oferecidos apenas pela literatura especializada nos campos da Diplomática e da Arquivologia. É certo que tais trabalhos embasam a abertura de espaço para a discussão acerca do potencial de expansão dos limites da Diplomática especial e de sua contribuição para o trabalho arquivístico. Contudo, o desenvolvimento do método diplomático, visando à sua aplicação na vertente da tipologia documental, pressupõe a interface com outros domínios do saber.

Nesse sentido, adquirem especial relevância os estudos de linguística aplicada, no campo da análise do discurso e dos gêneros textuais que, muitas vezes, equivalem ao que se considera, no terreno da arquivística, como espécie documental. Cumpre ressaltar, também, a contribuição dos trabalhos nas áreas da teoria do jornalismo, em que se discutem os aspectos constitutivos da prática jornalística e seus produtos, e da comunicação social, com ênfase nos estudos a respeito da morfologia do jornal, destinados à análise da estrutura dos jornais, no que tange à sua configuração gráfica.

Se os manuais de comportamento e etiqueta revelam-se fontes imprescindíveis para a identificação de usos e costumes sociais mais amplos, nos diferentes aspectos das relações mantidas pelos indivíduos em sociedade (mediadas, é bom frisar, por documentos os mais diversos), no campo da atividade jornalística se destacam os manuais de redação, publicados sobretudo pelos grandes jornais, por meio dos quais se torna possível identificar aspectos mais amplos com relação à prática (organização do trabalho, procedimentos e jargões típicos dos profissionais da área), além de fórmulas e padrões característicos da estrutura formal e discursiva dos diversos textos usualmente veiculados na imprensa, a que se somam as definições, não raro divergentes, presentes em dicionários especializados nas áreas da comunicação, da editoração e do próprio jornalismo.

A síntese do conhecimento articulado pela bibliografia ligada a tais áreas do conhecimento, combinada com os aportes de estudos no campo da Diplomática contemporânea e da Tipologia Documental, oferece substrato indispensável para a análise crítica a que se pretende submeter os chamados “recortes de jornal”.

4 ABORDAGEM DIPLOMÁTICA DE “RECORTES DE JORNAL”: um exercício

É evidente que o desenvolvimento do método diplomático deve se basear no estudo comparado dos itens de um *corpus* documental suficientemente amplo. Voltada para o estudo do documento isolado, a análise diplomática tem por objetivo justamente a identificação dos elementos que, passíveis de repetição, conferem aos documentos características comuns que permitam aproximá-los, de modo a verificar sua autenticidade e estabelecer a adequada denominação, segundo a espécie e o tipo documental.

Não se deve, aqui, confundir autenticidade diplomática e autenticidade histórica. A primeira depende, em larga medida, da crítica do padrão discursivo e da estrutura formular do documento (no que tange à estrutura semântica e aos eventuais sinais de validação, segundo as normas do sistema jurídico ou dos usos e costumes sociais), complementada pela verificação dos caracteres extrínsecos (suporte, formato, leiaute, caligrafia, composição tipográfica, tintas, linguagem...) e sua pertinência em relação ao contexto de produção do documento.⁹ Já a autenticidade histórica, cuja análise escaparia, a rigor, do âmbito de ação da Diplomática, relaciona-se com a veracidade do conteúdo.

Dos tratados clássicos aos manuais contemporâneos, a identificação dos elementos externos e internos dos documentos constitui objeto central do método diplomático e matéria de divergência entre os teóricos da área, revelando distintos graus de acuidade e extensão dos modelos de análise propostos em diferentes períodos e locais, evidentemente vinculados ao contexto da realidade documental com a qual trabalha cada diplomata.¹⁰

No âmbito da Diplomática contemporânea, a controvérsia persiste e pode ser percebida pela comparação dos elementos que, para Paola Carucci (1987) e Luciana Duranti (1989), constituem os caracteres intrínsecos e extrínsecos dos documentos.

⁹ Segundo Bellotto e Camargo (2012, p. 26), a autenticidade é definida como “qualidade de um documento quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça sua proveniência, independentemente da veracidade do respectivo conteúdo.”

¹⁰ Para uma comparação dos elementos que compõem o método diplomático, segundo os principais teóricos dos períodos clássico, moderno e contemporâneo, ver Tognoli (2014, p. 130-131).

QUADRO 1 – Comparação dos caracteres extrínsecos e intrínsecos segundo Carucci (1987) e Duranti (1989)

	<i>Paola Carucci</i>	<i>Luciana Duranti</i>
<i>Caracteres extrínsecos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Suporte - Tipo de escrita 	<ul style="list-style-type: none"> - Suporte / Formato - Escrita (leiaute, paginação, tipos, caligrafia, tinta, <i>software</i>) - Linguagem (vocabulário, composição, estilo) - Sinais especiais (registros, sinais de escritores e testemunhas) - Selos
<i>Caracteres intrínsecos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Protocolo inicial (autor, destinatário) - Texto - Protocolo final (subscrição, data, autenticação, registro de protocolo/classificação) 	<ul style="list-style-type: none"> - Protocolo inicial (timbre, título, datas, invocação, subscrição, inscrição, saudação, assunto, <i>formula perpetuitatis</i>, precação) - Texto (preâmbulo, notificação, exposição, dispositivo, cláusulas finais) - Protocolo final (corroboração, datas, precação, saudação, cláusula complementar, atestação, qualificação da assinatura, notas secretariais).

Fonte: adaptado de Tognoli (2014, p. 131)

Convém frisar que tais elementos foram estabelecidos pelas autoras com base em documentos que, embora contemporâneos, não escapam à esfera das ações juridicamente relevantes. Mas, e quando entram em cena os documentos que se inserem na esfera oposta, os chamados “documentos discricionários”? Como vimos, também eles vêm sendo objeto de abordagem diplomática. Contudo, seus elementos internos e externos obedecerão às especificidades, às práticas e aos usos do universo a que se relacionam.

Nesse sentido, os elementos externos típicos dos documentos aqui genericamente denominados “recortes de jornal” podem ser identificados a partir dos recursos de editoração e composição gráfica, para o que se faz necessária a pesquisa em dicionários especializados.

No que toca à análise dos elementos internos, a Diplomática consagrou a partição do documento em três seções principais: protocolo inicial, texto e protocolo final (escatocolo). É possível aplicá-la aos textos jornalísticos, tendo em conta que as articulações internas e os

elementos constitutivos de cada uma das partes se comportam de maneira particular nesse contexto, cuja compreensão depende do estudo da técnica redacional empregada na atividade jornalística.

Modernamente, os manuais de jornalismo preconizam o emprego da técnica conhecida como “pirâmide invertida” para a redação de notícias e reportagens. Em linhas gerais, trata-se de distribuir as informações em ordem decrescente de importância, iniciando o texto com um *título* sugestivo, seguido por um parágrafo curto e objetivo, capaz de resumir em poucas linhas os elementos mais importantes a respeito do fato (*lide*)¹¹, ao qual se seguem os demais parágrafos que compõem o *texto* da notícia. Quanto mais próximos ao lide, mais relevantes são os dados apresentados. Aqueles contidos nos últimos parágrafos da notícia têm menor importância e menor potencial de esclarecimento sobre o fato.

Com efeito, a técnica de redação empregada nos dias de hoje – surgida na imprensa norte-americana e constituída dos elementos acima mencionados – é introduzida, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, mais notadamente entre as décadas de 1950 e 1960. De toda forma, não deixa de sugerir características que podem ser identificadas em amplo espectro de fontes. Outros elementos poderão ser identificados segundo as espécies documentais (notícia, reportagem, artigo, editorial, crônica etc.) e a época de produção.

Como recurso ilustrativo, tomemos dois textos jornalísticos, caracterizados como *notícias*,¹² ou seja, o “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público” (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 513), com o intuito de identificar seus elementos característicos e sondar a viabilidade da aplicação do método diplomático.

¹¹ Expressão originada em língua em inglesa (*lead*), para a qual preferimos a grafia em português. Segundo Rabaça e Barbosa (2001, p. 426), o lide constitui a “abertura do texto jornalístico, na qual se apresenta sucintamente o assunto ou se destaca o fato essencial, o clímax da história (...) Em sua construção deve responder às questões básicas da informação: o quê, quem, quando, onde, como e por quê, embora não necessariamente a todas elas em conjunto”. Pode se apresentar sob a forma de um ou dois parágrafos (lide e sublide).

¹² É ampla a gama de espécies veiculadas em uma edição de jornal, identificadas como diferentes tipos de gêneros textuais nos trabalhos de análise do discurso e de teoria do jornalismo. Para além da notícia, existem ainda nota, reportagem, entrevista, editorial, artigo, necrológio, anúncio, *suelto*, entre outros, cuja definição também é objeto de debate, haja vista que certos autores, como Rabaça e Barbosa (2001, p. 638), consideram incorreto classificar a reportagem como um tipo de notícia mais descritiva. Para eles, a reportagem constitui o processo de apuração dos fatos, resultando na elaboração de notícias mais ou menos extensas. O *Manual de redação e estilo* de *O Globo* (1992, p. 27) admite o emprego do termo na designação de matérias mais alentadas, por conveniência. Já o *Manual de redação e estilo* de *O Estado de S. Paulo* (MARTINS, 1997, p. 254) define a reportagem como a própria essência de um jornal, diferindo da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade.

Exemplo I

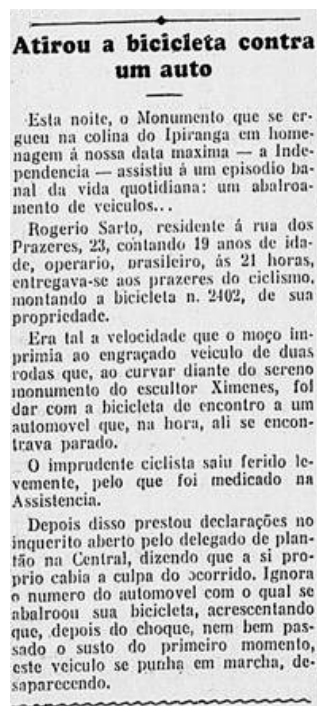


Figura 1 – *Correio de S. Paulo*, São Paulo, 7 jan. 1933.

Publicado na última página da edição de 7 de janeiro de 1933 do *Correio de S. Paulo*, o texto acima relata um acontecimento que, embora aos nossos olhos não desperte qualquer surpresa especial, provavelmente impressionou, de alguma forma, os habitantes da cidade que, àquela época, experimentava conflitos e impactos decorrentes de um crescente processo urbanização.

Começemos pelos elementos externos que podem ser notados à primeira vista. Os *fios* (posicionados nas margens superior, inferior e à direita) que “emolduram” o texto fazem supor, acertadamente, que a notícia divide espaço na página com outras matérias, distribuídas sob a forma de *colunas*, de acordo a diagramação típica dos jornais. Composto segundo a técnica usual do período, ostenta o emprego de duas famílias tipográficas como recurso de destaque e diferenciação das partes do texto. Em que pese às limitações impostas pela reprodução digitalizada, trata-se de exemplar confeccionado em suporte de baixa qualidade, popularmente conhecido como “papel jornal”.

O texto, contudo, organiza-se de maneira um pouco diferente daquela consagrada pela moderna técnica de redação jornalística, revelando outros elementos. De saída, identifica-se o

título (ou *manchete*),¹³ composto em tipos maiores e em destaque, sustentado por um fio curto e centralizado. Em seguida, um parágrafo que, ao contrário do *lide*, não resume os dados mais relevantes, mas introduz a matéria de maneira vaga e prolixa. Trata-se do *nariz de cera*.¹⁴ O fato em si, as circunstâncias em que se deu, as pessoas envolvidas e seu desfecho são apresentados nos parágrafos seguintes.

A análise pode ser sistematizada da seguinte forma:

Elementos externos

Material (suporte): papel jornal

Leiaute: 1 coluna

Formatação: alinhamentos justificado (texto) e centralizado (título)

Tipos: 2 famílias tipográficas

Elementos de editoração/artes gráficas: fios de cercadura (acima do título, à margem direita e abaixo do último parágrafo), fio de sustentação (abaixo do título), destaque (negrito)

Elementos internos

Protocolo inicial:

Título (“Atirou a bicicleta contra um auto”)

Introdução (nariz de cera: “Esta noite... abalroamento de veículos”)

Texto:

Descrição do fato, das pessoas envolvidas e das circunstâncias (2º e 3º parágrafos: “Rogério Sarto... encontrava parado”)

Protocolo final:

Encerramento (4º e 5º parágrafos: “O imprudente... desaparecendo”).

¹³ Segundo Neiva (2013, p. 346), a *manchete* se apresenta como “título principal de maior destaque, no alto da primeira página de jornal ou revista, alusivo à mais importante dentre as notícias contidas na edição”. Para o manual de *O Estado de S. Paulo* (MARTINS, 1997, p. 173), é o “título que ocupa toda a extensão da página”. Entretanto, Rabaça e Barbosa (2001, p. 451) apresentam definição um pouco mais ampla, admitindo o uso do termo para designar também os títulos de maior destaque (em tamanho e importância) no alto das páginas internas. Nesse sentido, o uso do termo *título*, de caráter mais genérico, mas igualmente aceito nos manuais de redação e dicionários especializados, parece mais adequado. O título pode se dividir em *antetítulo* ou *sobretítulo* (também chamados, no jargão jornalístico, de *chapéu* ou *sutiã*), *subtítulo* e *entretítulo* (ou *intertítulo*). Outro termo corrente no jargão da área é *olho*, para o qual existem definições divergentes. Segundo Rabaça e Barbosa (2001, p. 522), o *olho* equivale tanto ao *antetítulo* quanto ao *intertítulo*; já para o manual de *O Globo* (1992, p. 32), trata-se de pequeno texto de chamada para a matéria principal.

¹⁴ “Forma tradicional de introduzir uma notícia, reportagem etc. (...) vigorava na linguagem jornalística antes do surgimento do lide. Consistia num preâmbulo muitas vezes desnecessário, longo e vago” (RABAÇA & BARBOSA, 2001, p. 505). O manual de *O Estado de S. Paulo* (MARTINS, 1997, p. 184), que o define como “Introdução vaga e desnecessária que toda notícia dispensa”, adverte aos jornalistas: “use o lide e nunca nariz de cera, a não ser em casos excepcionais”.

Exemplo II

Sarney autoriza Itamaraty a aceitar fiscalizar a saída cubana de Angola

JOSIAS DE SOUZA

Diretor executivo da Securam de Brasília

O presidente José Sarney foi informado oficialmente de que a Organização das Nações Unidas (ONU) planeja indicar o Brasil para chefiar a missão que fiscalizará a retirada dos 50 mil soldados que combatem em Angola. O assunto será discutido na próxima quinta-feira, em Nova York. Sarney autorizou o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, a dar sinal verde para a indicação. Será a primeira vez que o Brasil participa de uma força de paz da ONU desde a guerra no canal de Suez.

A missão brasileira será composta por militares e diplomatas. Sarney e Sodré tinham uma dúvida de ordem legal: não sabiam se o envio de militares para Angola exigiria auto-

rização do Congresso. O presidente mandou sua assessoria estudar o assunto e obteve como resposta duas alternativas: 1) Se a resolução da ONU, a ser definida na quinta-feira, solicitar ao Brasil que despache tropas para Angola, haverá a necessidade da consulta ao Congresso. 2) Se a ONU falar apenas em missão, Sarney poderá indicar sete militares e de três a cinco diplomatas. Nesta segunda hipótese, o Congresso não precisaria ser acionado.

Os preparativos da ONU para fiscalizar a saída das tropas cubanas do território angolano foram acelerados a partir da terça-feira da semana passada, quando Angola, Cuba e África do Sul, envolvidos numa guerra no sudoeste da África, firmaram um acordo de paz.

Pelo acordo, os soldados cubanos se comprometem a deixar o país em

etapas, num prazo de 27 meses, a contar do dia 1º de abril do próximo ano. Em troca, o governo sul-africano reconhecerá a independência da Namíbia, uma ex-colônia alemã, usada ilegalmente pela África do Sul para fazer incursões de guerra na vizinha Angola.

O acordo prevê ainda que os soldados sul-africanos serão substituídos por tropas de paz da ONU no território da Namíbia. O convite, ainda extra-oficial, feito ao Brasil foi considerado uma vitória pelo Itamaraty. Na opinião da diplomacia brasileira trata-se de um reconhecimento da liderança do país na América Latina e de sua influência no continente africano.

Até ontem, a perspectiva do governo era de que o Brasil teria de enviar para Angola apenas uma missão e não tropas militares.

Figura 2 – *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 dez. 1988 (1º caderno, p. A-10)

O segundo exemplo, bem mais recente, aproxima-se bastante do que estamos acostumados a ver nos dias de hoje, tanto no aspecto gráfico quanto no que tange à disposição do conteúdo. Muito em função da técnica de impressão,¹⁵ o emprego de certos elementos e recursos de editoração e arte torna-se menos frequente. É o caso dos fios de cercadura, utilizados na composição tipográfica para emoldurar os textos e delimitar os espaços por eles ocupados em cada página, que saem de cena para deixar o visual das páginas mais limpo e arejado.

O exemplar em questão é representativo de um contexto de padronização da atividade jornalística, expresso pelos manuais de redação, estilo e composição elaborados pelos grandes jornais com o intuito de conferir unidade e coerência à edição. Neles se estabelecem normas para a produção dos textos e para a disposição dos elementos que constituem a diagramação, geralmente apresentadas sob a forma de verbetes que, em seu conjunto, traduzem a concepção de jornal que se pretende praticar. Ao contemplarem normas que, em alguns casos, assumem caráter conceitual (ainda que se destaque o critério de sua aplicação prática), os manuais de redação se apresentam como fontes indispensáveis para a compreensão dos mais variados elementos que constituem objeto de interesse para uma abordagem diplomática das matérias jornalísticas.

Com relação aos caracteres externos, pode-se notar, de saída, a adoção de 3 famílias distintas de *tipos* na composição das partes que constituem os elementos internos do texto,

¹⁵ A *Folha de S. Paulo* utiliza, desde de 1968, a impressão de tipo *off-set*, cuja principal característica reside na utilização de um equipamento auxiliar, a “fotomecânica”, em que se preparam os fotolitos que substituem os moldes de chumbo das páginas do jornal (NOVA IMPRESSÃO..., 1968). A técnica, evidentemente, flexibiliza a composição e a diagramação das páginas, permitindo a criação de visual gráfico mais dinâmico.

facilitando sua identificação, cuja utilização é normalizada pelo *Manual geral da redação da Folha de S. Paulo* (1984, p. 81). O título e o corpo do texto são grafados em letras serifadas,¹⁶ das famílias “Bodoni” e “News”, respectivamente, enquanto os créditos são compostos na família “Futura” (sem serifa), com o nome do autor em caixa alta e destacado em negrito e sua qualificação em caixa baixa, sem destaque. A diagramação continua a atender ao critério de disposição do texto em colunas, com alinhamento justificado (à exceção dos créditos, centralizados em relação ao texto da primeira coluna).

Redigido segundo a técnica da pirâmide invertida, o texto pode ser analisado em função da partição consagrada em protocolo inicial, texto e protocolo final. Se no primeiro exemplo o protocolo inicial compunha-se do título e da introdução (nariz de cera), aqui se observa a presença dos *créditos* (identificação do autor, devidamente qualificado segundo a função que exerce junto ao jornal) e a redação da abertura segundo a fórmula clássica do *lide*.

Nesse sentido, a análise pode ser assim sistematizada:

Elementos externos

Material (suporte): papel jornal

Leiaute: 3 colunas

Formatação: alinhamentos justificado (título e texto) e centralizado (créditos)

Tipos: 3 famílias tipográficas (“Bodoni”, “Futura” e “News”)

Elementos de editoração/artes gráficas: destaque (negrito)

Elementos internos

Protocolo inicial:

Título (“Sarney autoriza Itamaraty a aceitar fiscalizar a saída cubana de Angola”)

Créditos (autor: “Josias de Souza”, qualificação: “Diretor executivo da Sucursal de Brasília”)

Introdução (lide: “O presidente... canal de Suez”)

Texto:

Descrição do fato, das pessoas envolvidas e das circunstâncias (2º, 3º e 4º parágrafos: “A missão brasileira... guerra na vizinha Angola”)

Protocolo final:

Encerramento (5º e 6º parágrafos: “O acordo... tropas militares”)

¹⁶ Serifa: “Pequeno traço, em forma de filete, barra ou simples espessamento, que finaliza (remata) as hastas das letras, de um ou ambos os lados, na maioria dos caracteres tipográficos” (RABAÇA & BARBOSA, 2001, p. 668).

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

Em nosso exercício, elegemos duas notícias produzidas em épocas distintas, separadas por mais de 50 anos em relação às datas de publicação. Os exemplos revelam mudanças sensíveis na forma de redação e estruturação do conteúdo, indicando o processo de desenvolvimento e sistematização da atividade jornalística ao longo do século XX. Contudo, em que pese à diferença de elementos pontuais (como o nariz de cera e o lide), é possível identificá-los segundo a funcionalidade que adquirem na articulação do texto e em função da estrutura redacional empregada, ainda que o discurso possa se manifestar de forma menos estereotipada.

Por tratar-se de material impresso, mesmo que sob diferentes técnicas, seus caracteres extrínsecos podem ser reconhecidos, para além do suporte, por meio do estudo de sua composição gráfica, traduzida na diagramação, no leiaute, na formatação, na utilização de diferentes famílias tipográficas e no emprego de elementos típicos da editoração e das artes gráficas que cumprem a função de organizar (e também embelezar) a apresentação visual do texto.

Em ambos os casos, percebe-se a repetição de certo padrão na disposição dos dados que compõem o relato dos fatos, resultando em fórmula que tende a reproduzir-se de maneira mais rígida (ainda que sempre haja espaço para alguma flexibilidade em sua aplicação) à medida que a redação dos textos jornalísticos se torna objeto de padronização por meio de manuais de redação e estilo. Nesse sentido, torna-se possível analisá-los, no que tange aos seus caracteres intrínsecos, segundo a partição diplomática dos documentos em protocolo inicial, texto e protocolo final, tendo em mente que os elementos de cada parte se constituem de maneira distinta, segundo a natureza do documento e a data de produção, o que também ocorre mesmo quando o objeto de análise é o texto diplomático por excelência (aquele que decorre de fatos juridicamente relevantes), uma vez que os sistemas jurídicos dos quais este deriva também variam em função do tempo e do espaço.

Contudo, o jornal não se constitui apenas de notícias. Outras “matérias”¹⁷ também encontram lugar em suas páginas, revelando um leque de espécies documentais (anúncio, artigo, crônica, entrevista, editorial, reportagem, necrológio, resenha...) também passíveis de abordagem de viés diplomático que, para além do reconhecimento de seus elementos externos

¹⁷ Termo genérico, típico do jargão jornalístico, definido por Juarez Bahia (2010, p. 242) como “Notícia, assunto, tema, argumento, objeto de informação. Tudo o que se elabora com a finalidade de divulgar ou que é divulgado. (...) Usual em todos os veículos de massa para designar o conteúdo de uma produção jornalística”.

e internos, poderá contribuir para a adequada identificação e definição tipológica. No que tange à presença desses documentos, sob a forma de “recortes” em arquivos de natureza pessoal, soma-se ainda a possibilidade de estudar a coleção do noticiário como prática social, em relação à funcionalidade que cumpre no bojo das atividades e interesses dos indivíduos, indicativa do contexto de acumulação sob a óptica da Arquivologia. São desafios que constituem os próximos passos e os desdobramentos da pesquisa em andamento.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Juarez. **Dicionário de jornalismo**: século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARRAZA LESCANO, Sergio. Historia de los archivos. In: INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFÍA E HISTORIA. **Nuestra palabra**: textos archivísticos panamericanos. Lima: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1996, p. 11-47.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: ARQ-SP, Quipu, 2012.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CALLEJA, Mireya. **Archivos privados o colecciones?** Fuentes primarias para la investigación de la identidad. In: Congreso de Archivología del Mercosur, 7, Viña del Mar, 21 al 24 de noviembre de 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 169-174, 1998.
- CARUCCI, Paola. **L’archivistica tra diplomatica e informatica**. Città del Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2006.
- CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo**: diplomatica e criteri di edizione. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: iFHC, 2010.
- DURANTI, Luciana. The archival body of knowledge: archival theory, method and practice, and graduate and continuing education. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 34, n. 1, p. 8-24, Winter 1993.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: new uses for an old science. **Archivaria**, n.28-32, summer 1989 - summer 1991-1992 (Partes de I a VI).

FOLHA DE S. PAULO. **Manual geral da redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J. **Enduring paradigm, new opportunities**: the value of archival perspective in the digital environment. Washington, D.C.: Council on Library and Information Resources, 2000.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria**, Ottawa, n. 52, p. 126-135, fall 2001.

LODOLINI, Elio. **Archivística**: principios y problemas. Madrid: ANABAD, 1993.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3 ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

McKEMMISH, Sue. Evidence of me... **Archives and manuscripts**, Canberra, v. 1, n. 24, 1996.

MEEHAN, Jennifer. Rethinking original order and personal records. **Archivaria**, Ottawa, n. 70, p. 27-44, fall 2010.

NEIVA, Eduardo. **Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia**. São Paulo: PubliFolha: 2013.

NOVA IMPRESSÃO PÕE A FOLHA NA ERA ELETRÔNICA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 1968.

O GLOBO. **Manual de redação e estilo**. 6 ed. São Paulo: Globo, 1992.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação**. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática**: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.